

Associação Península Norte de Educação Ciência e Cultura

FACULDADE CECAP

PEDAGOGIA

PROJETO DE PESQUISA

**O ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO FORMAL
DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO QUE SÃO
ASSISTIDAS PELO ABRIGO ALDEIAS INFANTIS
SOS DE BRASÍLIA - DF**

RENATA PEREIRA LEMOS

Orientadora: Prof^ª MsC Maria Ângela dos Reis Silva Tanno

BRASÍLIA-2007

Instituto Construir e Conhecer; Goiânia; Enciclopédia Biosfera N.05; 2008; ISSN 1809-0583



Associação Península Norte de Educação Ciência e Cultura – FACULDADE CECAP
Coordenação do Curso de Pedagogia

RENATA PEREIRA LEMOS

**O ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO FORMAL DE
CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO QUE SÃO
ASSISTIDAS PELO ABRIGO ALDEIAS INFANTIS SOS DE
BRASÍLIA - DF**

Brasília, 2 de outubro de 2007

ROL DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI.BI	Associazione Amici dei Bambini
DF	Distrito Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional de Assistência e Bem-Estar do Menor
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
RJ	Rio de Janeiro
SAM	Sistema de Assistência aos Menores
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1	
REFERENCIAL TEÓRICO	7
1.1 BREVE HISTÓRIO SOBRE O ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO NO BRASIL	7
1.2 O PAPEL DA ESCOLA E DO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	11
1.3 BREVE HISTÓRIO SOBRE A ONG ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL	16
1.4 A PARCERIA PEDAGOGIA ENTRE A ONG ALDEIAS INFANTIS SOS DE BRASÍLIA E A EDUCAÇÃO FORMAL	16
CAPÍTULO 2	
REFERENCIAL METODOLÓGICO	20
2.1 METODOS DE PESQUISA	20
2.2 POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM	21
2.3 O LOCAL DA PESQUISA	21
2.4 TÉCNICAS EMPREGADAS	21
2.5 MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS	21
2.6 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS	22
CRONOGRAMA FÍSICO	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

INTRODUÇÃO

O presente trabalho como objeto de estudo o acompanhamento da educação formal de crianças em situação de risco que são assistidas pelo abrigo Aldeias Infantis SOS de Brasília - DF. O seu objetivo principal é compreender como se dá a educação formal de crianças em situação de risco que são assistidas pelo abrigo, cuja problemática como se dá o acompanhamento da Educação Formal de crianças em situação de risco que são assistidas pelo abrigo Aldeias Infantis SOS de Brasília - DF

Para tanto, o presente projeto norteia-se ainda nos seguintes objetivos específicos, identificar o processo de interação dos professores da escola regular, com as crianças abrigadas nas Aldeias Infantis SOS de Brasília – DF; compreender como se dá a relação entre as mães sociais e as crianças do abrigo, no tratamento das atividades escolares; analisar como se dá o acompanhamento escolar das crianças dentro do abrigo e comparar o rendimento escolar das crianças assistidas no abrigo em relação à educação formal.

Quanto à Metodologia empregada, espera-se que, na fase inicial da pesquisa seja utilizado o Método qualitativo, tendo como método de procedimento a pesquisa de campo. Na etapa relativa à coleta e tratamento de dados, pretende-se utilizar questionário fechado, entrevista semi estruturada, além da observação não participante. Quanto ao tratamento dado às informações colhidas no campo, pretende-se fazer uso de interpretação global das respostas estabelecendo um confronto entre teoria e prática. Nas diversas fases da Pesquisa, deseja-se acionar as categorias da Pesquisa documental e bibliográfica.

JUSTIFICATIVA

O estudo que ora se apresenta, procurou se respaldar na teoria que trata do assunto em voga, destacando a experiência da educação formal para crianças em situação de risco que são assistidas pelo abrigo Aldeia Infantil SOS de Brasília DF. Os achados encontram-se respaldados por Piletti (1995), Buarque (2003), além é claro, do Estatuto da Criança e do Adolescente, onde se propõe por meio da interpretação do referido documento, identificar meios favoráveis à percepção de tais práticas.

A pesquisa pretende mostrar como é desenvolvida a educação regular com crianças que saíram de situações de risco, desenhando-se com isso, poder interferir nessa prática, podendo sugerir novas formas de trabalho a partir dessa realidade.

A relevância dessa pesquisa centra-se nas contribuições que o estudo pode trazer para o atendimento adequado no ensino formal as crianças em situação de risco que são assistidas pelo abrigo Aldeia Infantil SOS de Brasília DF.

O referido projeto tem ainda a pretensão de identificar como se dá o trabalho de profissionais como os professores, diretores, monitores, identificando suas intervenções nas práticas educativas no cotidiano escolar dessas crianças.

De acordo com Piletti, entenderemos a crise educacional brasileira que vai além das salas de aula, ou seja, é uma crise que envolve a sociedade num todo, situações problema que iniciam nas famílias, comunidades e chegam até as escolas.

A pesquisa centra-se ainda na motivação pessoal da pesquisadora cujo desejo de se realizar tal estudo, encontra respaldo nos achados de Buarque que ao analisar o que ele convencionou chamar de ‘apartheid social’, veremos o apartheid social, uma separação social nítida, que exclui os mais pobres, sujeitos esses, que são destaque nessa pesquisa, que deseja identificar como se dá o processo de uma educação apartada.

Ainda de acordo com Buarque, “Ao ficar partida socialmente, a população sofre uma necessária separação física. É o momento em que a desigualdade se aproxima *do apartheid*.” (p. 41)

A pesquisa volta ainda sua atenção para os conflitos e expectativas que se criam em torno dessas crianças. Neste contexto, deseja-se com a realização dessa pesquisa, aprofundar a percepção sobre o papel social de professores e suas práticas com crianças vindas de situações de risco. Nessa totalidade, vislumbra-se a relevância do referido estudo.

CAPITULO 1

REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Breve histórico sobre o acompanhamento de crianças em situação de risco no Brasil

De início esta linha de considerações pretende mostrar como se deu o acompanhamento de crianças em situação de risco no Brasil. Estas situações são diversas e na maioria das vezes, derivadas de violências físicas, emocionais e psicológicas cometidas contra as crianças, independente de sua situação sócio-econômica.

Em tela o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária diz que,

(...) a história social das crianças, dos adolescentes e das famílias revela que estas encontraram e ainda encontram inúmeras dificuldades para proteger e educar seus filhos. Tais dificuldades foram traduzidas pelo Estado em discurso sobre uma pretensa “incapacidade” da família de orientar seus filhos. Ao longo de muitas décadas, este foi o argumento ideológico que possibilitou Poder Público e desenvolvimento de políticas paternalistas voltadas para o controle e a contenção social. Principalmente para desqualificação das famílias em situação de pobreza, tratadas como incapazes, deu sustentação ideológica à prática recorrente da suspensão provisória do poder familiar ou da destituição dos pais e de seus deveres aos filhos. (p.19)

Nos casos em que as situações de risco são detectadas por órgãos públicos como a Vara da Infância e Juventude ou Conselho Tutelar, as crianças são geralmente transferidas para abrigos, em outros casos faz-se um acordo com a família para que a criança possa estar assegurada.

O estudo em tela demonstra que pelas condições histórico-sociais do Brasil fez necessária a criação de instituições para abrigar crianças e adolescentes, com a proposta de oferecer educação e um pouco mais de cuidados, porém, muitas delas tiveram seus projetos denegridos e a criança que deveria ser beneficiada passou a ser vítima desse sistema.

De acordo com Rizzini, em uma audiência que discutia as políticas públicas do Rio de Janeiro quanto às questões de abrigamento, em 1927 foi criado o primeiro Juizado de Menores (RJ) e depois se estendeu por todo o País. A partir de então se criou um modelo de

recolhimento de crianças, não só crianças encontradas nas ruas, mas também crianças de famílias pobres.

Os modelos de acolhimento foram depois implantados pelos sistemas nacionais como o SAM (Sistema de Assistência aos Menores), criado no governo de Getulio Vargas em 1941, com o objetivo de defender a sociedade e não a criança; em 1964 com a Ditadura Militar foi instalada a política de Bem-estar do Menor e criada a FUNABEM (Fundação Nacional de Assistência e Bem-Estar do Menor). Muitas instituições perderam o enfoque principal que seria os cuidados com as crianças e adolescentes como é o caso das FEBEM (Fundação Estadual do Bem-estar do Menor) em todo o país. Como faz notar o artigo de Tognolli, que destaca as condições desumanas numa Febem de São Paulo,

O MNDH -- Movimento Nacional de Direitos Humanos encaminha, nesta segunda-feira (16/5), pedido ao Ministério Público de São Paulo (...) em que solicita apuração de supostos maus-tratos e agressões contra internos do complexo Tatuapé da Febem na zona leste da capital paulista.

De acordo com o artigo acima citado, muitas crianças sofrem violências dentro daquela unidade da FEBEM, e percebe-se que denúncias como essas, podem ser vistas em unidades espalhadas por todo País. A exemplo de Tognolli, Rizzini enfatiza que, “durante todo esse período da nossa história da Assistência Social, nunca se preocupou em avaliar essas políticas, em ver qual o impacto que havia na sociedade.” A Ai. Bi, Associazione Amici dei Bambini – organização não governamental que cuida de assuntos dessa natureza, demonstra a questão do abandono, relacionando-a as situações de risco relatando que,

Existem vários tipos de abandono, como o abandono precoce em que recém nascidos são abandonados em vias públicas ou maternidades e desconhecem seus pais biológicos; o abandono tardio, nesta situação a criança é abrigada em uma instituição, por seus pais serem considerados incapazes de desempenhar seu papel, por motivo de alcoolismo, maus –tratos e outros, a esta medida e dado o nome de perda do pátrio poder; existe também o abandono por desinteresse e o caso em que os próprios pais inserem a criança num abrigo e a deixam por longos períodos, algumas vezes até manifestam o desejo em retirá-las mas isso quase não ocorre então a criança cresce em abrigos e nem pode ser adotada porque legalmente estão sobre a tutela dos pais.

Ainda de acordo com o mesmo artigo, “em todos os casos o abandono surge após a decretação da falência da família ou quando não se consegue apontar para os filhos uma direção ou caminho da realização pessoal, ambos originam-se da mesma causa: a destruição da família.”

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes Convivência Familiar e Comunitária relata que,

Nas situações de risco e enfraquecimento desses vínculos familiares, as estratégias de atendimento deverão esgotar as possibilidades de Preservação dos mesmos , aliando o apoio sócio- econômico à elaboração de novas formas de interação e referências afetivas no grupo familiar.” (p.19)

Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente dizer que a condição sócio econômica não é fator que impeça as famílias de estarem com seus filhos, sabe-se que grande parte das crianças são colocadas em abrigos pela situação de desigualdade social brasileira.

Como enfatiza Buarque,

“Apesar do fim da propriedade dos seres humanos por outros, a desigualdade continuou, dependendo da nação, classe social, raça, sexo ou simplesmente da sorte. E essa desigualdade cresceu. Ainda que os direitos sejam estendidos a todos, a civilização avançou aumentando a desigualdade.” (2003:12)

O autor comenta ainda que,

“Ao ficar partida socialmente, a população separa-se fisicamente também e a desigualdade torna-se apartheid. Nesse contexto que encontramos as instituições para menores infratores, os abrigos para crianças, que pela condição sócio-econômica são colocados apartadamente em casas de acolhimento.”

Políticas públicas pouco discutem este tema, ou quando debatem falam da diminuição da idade penal, em que a sociedade se esquiva da responsabilidade com estes jovens e os fazem assumir a culpa da violência no País.

Rizzini, (2004) finaliza o discurso que fez na Audiência Pública que discutia políticas para os abrigos do RJ, dizendo que, só podemos evoluir neste problema com propostas

efetivas e eficazes a partir da mobilização da sociedade, para chegar a uma democracia, em que se vê a criança como prioridade.

Isso posto, observa-se que a preocupação com crianças abandonadas ainda é um ponto pouco discutido e pouco evidenciado na concepção da cultura brasileira.

1.2 O papel da escola e do docente no contexto da educação brasileira

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito à educação é fundamental, o documento enfatiza em seu Capítulo IV - Do direito a educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, no artigo 53 que,

A criança e o adolescente têm direito à educação visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito a organizações e participação em entidades estudantis;

V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Como foi enfatizado no tema anterior, o Brasil é um país de desigualdades sociais alarmantes, desigualdades estas que chegam até as escolas. Esse contexto é observado por Pilett, (1992) ressalta que, “as desigualdades sociais no Brasil são extremamente acentuadas, deixando a maioria dos brasileiros na miséria. Essas desigualdades como se sabe se reflete na escola”. Nessa conjuntura é pertinente destacar também, o professor brasileiro. No contexto histórico da educação no Brasil é sabido que o papel do professor sofreu e sofre desqualificação por questões de *status quo*, por questões financeiras e de formação, além de outras tantas. A educação inicial no Brasil, que esteve a cargo dos padres jesuítas, procurava manter o equilíbrio por meio da disciplina rígida, conseguindo a custa dessa autoridade, manter o controle sobre a situação. O que de certa forma, dava ao professor um lugar de destaque e respeito.

Já no século XIX, deu-se início às escolas de preparação para professores, momento em que a profissão passa a ser vista como uma extensão da maternidade. Isso, porém, ainda que com certo grau de controle da participação feminina, significava a manutenção do *Status Quo* do papel docente, haja vista a relevância que a função ocupava na época, mesmo que sua função exclusivamente feminina representasse a continuidade do papel materno ligado intimamente à docência.

Atualmente, a docência vem passando por um descrédito, começando pelos cursos de formação iniciada, a ausência de uma formação continuada que supere as expectativas dos

professores, os baixos salários, tudo isso tem contribuído para a falta de esperança dos professores.

Segundo Góis,

Apesar de avanços pontuais em alguns Estados, o professor brasileiro continua muito mal pago, em comparação com seus colegas em outros países. Outro dado citado pelo mesmo artigo é de que no Brasil as classes são mais cheias com mais alunos por professor,

O mesmo assunto á também destaque no Jornal Correio Brasiliense, no artigo intitulado, A Vez do Professor, escrito por Jorge Werthein, trata da questão do docente e diz,

A UNESCO apela para que seja reconhecido o papel primordial dos professores na formação do mundo de amanhã e para que a eles sejam dados o reconhecimento e o apoio prático de que necessitam para realizar essa tarefa vital. Afinal, valorizar o professor é valorizar a escola.

Um outro problema que afeta consideravelmente a educação brasileira diz respeito às políticas públicas, a falta de investimentos na educação por todo o Brasil, o número insuficiente de escolas para abrigar crianças em idade escolar, a falta de manutenção nas escolas, colocam educação brasileira na base do ranking mundial. A despeito desse assunto, Washington Araújo, afirma que,

Nossos professores recebem salários aviltantes. São também abandonados por um sistema impiedoso, onde, na prática, a educação é relegada a um décimo plano na ordem das prioridades governamentais. Aos educadores compete a tarefa de passar a limpo o rascunho onde se escreve BRASIL.

Para Piletti (1995), a sociedade não é toda igual, ela é formada por grupos com interesses antagônicos. E essa desigualdade é reproduzida pela escola que sofre a acusação constante de que ao invés de por fim nessas divisões sociais, ela ajuda a reforçá-las. Para o autor, a educação brasileira ao estimular a desigualdade social, modifica-se de acordo com a clientela que atende. Se está localizada em um bairro de população cuja classe econômica dos

alunos são melhores, a escola adota uma postura, mas, quando ocorre o inverso, a escola assume um outro comportamento no trato com alunos, pais e comunidade.

O tema é ainda destaque no Jornal de Brasília, onde uma matéria apresentada no dia 01/09/2007 menciona uma epidemia de pulgas na Escola Classe Olhos d'Água, na Zona Rural de Sobradinho-DF, o artigo relata que as pulgas causaram alergia em alguns alunos e até feridas provocadas pela coceira. Nesse contexto, cabe ressaltar o descaso do poder público, especialmente quando se refere às escolas da periferia de Brasília, o que de certa forma, reforça a citação anterior.

Ainda nessa mesma linha de pensamento, Leal (1993:26), destaca que, “Gente pobre não tem direito a ter família, a ter emprego decente pra viver, nem escola descente, não têm direito a escola, não aprendem.” Com base na conjuntura acima apresentada cabe destacar os achados de Pilett (1995:87), em que o autor descreve que, “a escola leva em consideração as condições de vida dos alunos?” Para ele, o papel da escola deveria ser o de “(...) oferecer aos alunos condições adequadas em termos de recursos materiais e humanos, para que o maior número possível deles consiga superar as barreiras escolares e concluir todos os graus de ensino.” (PILETTI, 1995:37). O mesmo autor complementa dizendo que com a sala de aula voltada para a vida social dos brasileiros, seria possível educar com responsabilidade.

Infelizmente a educação brasileira perpetua as desigualdades sociais, e por ser o *locus* da democracia, a escola precisa aprender a viver com a diversidade, ela deveria ser referência para crianças, em situações de desigualdades sociais, porém, na atual conjuntura, tal prática se faz tão difícil e em alguns casos, quase impossível. Pilett (1995: 36), considera que, “(...) a escola tem duas tarefas a cumprir: não camuflar as desigualdades e contribuir para sua redução”. Em outro modelo, mas ainda sobre a reprodução das desigualdades na educação brasileira, Buarque (2003:8) “ressalta que a maioria privilegiada no Brasil deixou a educação pública se degradar”.

Vale notar também as contribuições de Dimenstein, que ao tratar da educação brasileira, faz menção à base do processo onde em seu escopo refere-se às condutas de cada cidadão e as contribuições que cada um poderia oferecer aos seus semelhantes. Para ele,

A criança é o elo mais fraco e exposto da cadeia social. Se um país é uma árvore a criança é um fruto. E está para o progresso social e econômico como semente para a plantação. Nenhuma nação conseguiu progredir sem investir na educação, o que significa investir na infância. Por um motivo bem simples ninguém planta nada se não tiver uma semente. (1993:8).

O mesmo autor continua ainda afirmando que “(...) a indicação mais fiel da desigualdade social está nos índices de repetência e evasão. Quando a criança deixa a escola, fonte primária de cidadania, ela vai para as ruas e só pode se transformar em mão-de-obra despreparada.” (DIMENSTEIN 1993:144). O autor sugere que a origem do problema vai mais além da escola, passando pela dimensão familiar e pela pobreza no Brasil. Em suas considerações, ele aponta que,

A família é pobre. Mora numa casa onde não tem saneamento básico. O ambiente facilita a transmissão de doenças. As doenças enfraquecem o corpo, que fica desnutrido. A criança desnutrida não aprende direito o que é ensinado. E quem não estuda não consegue arrumar emprego. (1993:140)

De acordo com o autor, uma situação problema leva a outra, muito do que acontece com as crianças abrigadas, deriva de uma situação de conflito familiar e parte do seu desenvolvimento cognitivo, psicológico e emocional com certeza são comprometidos. Ao chegar na escola, que na maioria das vezes não é preparada para receber essa criança, o conflito se instala, e o resultado final na maioria das vezes é a exclusão, seguida da marginalização. Guará (2007), educadora, assessora do Instituto Camargo Corrêa, ao referir-se sobre crianças marginalizadas, reforça que,

(...) o fato de ser órfão, estar em situação de risco ou de manter laços familiares não pode servir de impedimento a garantia do direito à educação. Estas situações devem balizar o encaminhamento a ser dado a cada caso (...) que a situação educacional da criança que vive em abrigo no Brasil não é diferente de outras crianças que vivem com as respectivas famílias em uma situação de pobreza. Todas elas têm atraso escolar, têm dificuldade de aprendizagem, precisam de ajuda, reforço. Vivem uma fragilidade emocional muito forte, mais do que cognitiva.

Embora boa parte das escolas e dos educadores brasileiros ainda não esteja preparados para lidar com crianças em situação de risco em seu interior, é pertinente que os órgãos responsáveis passem, a discutir sobre o assunto. Dimenstein (1993:140) a esse despeito, argumenta que, “são muitos os países que progrediram porque investiram em suas crianças (...)” . Para ele, “a educação é apenas uma questão de cidadania (...)” (Idem, 1993:141). Ao referir-se à questão da cidadania, cabe aqui destacar que atualmente a prática educativa cidadã

que as escolas tentam ensinar para as crianças vem sofrendo uma competição desleal com o modelo capitalista de consumo. Em muitos casos, o ter têm superado o ser, inviabilizando uma prática cidadã, que passa a considerar valores consumistas em detrimento do respeito e da tolerância. Para Remédios,

O rompimento ou a falta de laços afetivos e o abandono psicológico estão presentes tanto nas relações entre alunos e professores, como também entre pais e filhos. E ao que assistimos são crianças e jovens desmotivados, perdidos, sem perspectivas para o futuro, sem entusiasmo pela vida, preocupados muito mais em ter do que em ser. (2007:12)

Investir na educação é investir nas crianças, isto implica também na valorização do professor e de uma extensão no envolvimento da população nas políticas públicas e sociais. Enquanto a educação não for tratada como tema relevante, o Brasil deixará de avançar, pois não existe melhor forma de um País progredir se não pela educação.

1.3 Breve histórico sobre a ONG Aldeias Infantis SOS Brasil

A instituição Aldeias Infantis SOS é uma organização que abriga e fortalece famílias para crianças órfãs, abandonadas e em situação de risco em todo o mundo. Acolhe crianças, oferecendo a elas a oportunidade de um lar com dignidade e amparo físico e emocional. A Organização Aldeias Infantis SOS é uma entidade sem fins lucrativos, presente em diversas regiões do Brasil e em 132 países, que atua de diferentes formas na comunidade. Através do Programa de Casas-Lares, acolhe crianças em situação de risco social.

Os alicerces dessa organização foram lançados por Hermann Gmeiner, um jovem de 30 anos de idade e estudante de medicina, que fundou com alguns amigos as bases para uma “aldeia” em que meninos e meninas órfãos, em diferentes idades, poderiam viver como família sob a tutela de uma “mãe”. A construção da primeira casa se deu em 1949 e recebeu 40 órfãos vítimas da Segunda Guerra Mundial. Ela situava-se nas montanhas tirolesas e ao longo dos anos a instituição continuou crescendo, na década de sessenta já existiam dez aldeias com cem famílias. Nos anos setenta foram fundadas as Aldeias Infantis africanas. Essas instituições possibilitaram na década de 70, a construção do primeiro hospital na região e inicia suas operações em Hohenau.

No Paraguai, também foram criadas as instalações complementares, tais como jardim de infância escolas, centros sociais e centros médicos, com o propósito de servirem como base para projetos sociais que visavam a facilitar a interação dos jovens da Aldeias Infantis SOS na comunidade e na sociedade de seus países. Com o passar do tempo a rede de instituições aldeias cresceu muito e foi necessária a inserção de profissionais como, pedagogos e profissionais da educação, além de uma formação específica para as mães sociais.

Em 1986, com a morte de seu criador, as Aldeias continuam a acender, sendo em 1987, inaugurado na China, duas aldeias, uma na Armênia em 1988 e outra nos EUA em 1989. O prestígio dessas aldeias toma dimensões extraordinárias onde na década de noventa recebe a condecoração e o reconhecimento da ONU, quando esse organismo internacional (...) “eleva as aldeias Infantis SOS à categoria de ONG com status consultivo (categoria II) com o conselho Econômico e Social das Nações Unidas”.

Em 1999, ano do 50º aniversário, as Aldeias Infantis SOS já atuam em 131 países e territórios com 3.585 aldeias e 391 comunidades juvenis que dão assistência permanente a mais de 40.000 crianças e jovens. No total mais de 20.000 jovens se beneficiam das 1.473 instalações das Aldeias Infantis SOS. O que se pode notar, o trabalho de assistência prestado

pela ONG, apresenta resultados satisfatórios para no tocante aos cuidados com crianças em situação de risco.

No Brasil, as Aldeias Infantis SOS, surgiram antes dos anos setenta, e no caso especial de Brasília, sua instalação se deu em 1968. Atualmente, encontram-se instaladas um total de 14 aldeias no território brasileiro acolhendo um total de mais de 1.500 crianças. Os dados estatísticos ainda apresentam-se deficientes somando-se a quantidade de crianças em situação de risco no Brasil, mas é pertinente ressaltar o papel da instituição, reservados à essas crianças.

A ONG Aldeias Infantis SOS, baseia se em quatro princípios, a mãe social, os irmãos, a casa e a aldeia. Cada um com um papel específico a desempenhar na organização. A mãe social é a pessoa responsável pela formação das crianças, ela garante a elas os cuidados da vida familiar, a mãe cria uma estreita relação com cada criança a ela confiada proporcionando a segurança o amor e a estabilidade que cada uma necessita. Como uma profissional em cuidados infantis, a mãe vive junto com as crianças, orientando-as em seu desenvolvimento, administrando o lar com autonomia, conhecendo e respeitando a origem familiar, as raízes culturais e a religião de cada criança.

Quanto aos irmãos, esses são crianças que convivem junto às demais crianças no abrigo, as que constituem laços biológicos permanecem na mesma casa. Meninos e meninas de diferentes idades convivem como irmãos e irmãs. Os irmãos biológicos permanecem sempre dentro da mesma família. As crianças e sua mãe criam laços afetivos que duram por toda a vida.

As casas lares situam-se no espaço da Aldeia. Cada casa deve significar segurança e amparo. Ela é o centro da vida familiar com sua inconfundível atmosfera, seu ritmo e sua rotina. Sob esse teto, as crianças desfrutam o verdadeiro sentido de segurança e de pertencimento. Crescem e aprendem juntas, compartilhando responsabilidades, assim como todas as alegrias e tristezas da vida cotidiana.

Já a aldeia, é a comunidade que envolve as casas lares e lhes da sustentação e um ritmo harmônico para a convivência. Lá as famílias vivem juntas, criando entre elas um ambiente de ajuda mútua onde as crianças podem desfrutar de uma infância feliz. As famílias compartilham experiências e se ajudam umas às outras, vivem como membros integrados e ativos da comunidade local. Através da família, Aldeia e comunidade, cada criança aprende a participar ativamente da sociedade. Como faz notar, os abrigos Aldeias Infantis SOS do Brasil

possuem uma estrutura organizada voltada para o atendimento de crianças decorrentes de situações de risco. A proposta da ONG é que cada criança cresça com amor procurando com isso, aceitar-se e buscar curar as feridas emocionais adquiridas ao longo da vida.

A criança aprende a confiar e acreditar em si mesma e nos outros. Com essa autoconfiança cada criança pode descobrir e aproveitar suas potencialidades. A legislação busca ainda assegurar a proteção dessas crianças que necessitam viver em abrigos. Essa proteção pode ser encontrada no Estatuto da Criança e do Adolescente, onde se lê em seu artigo (dizer o número do artigo), *Parágrafo único - O abrigo é uma medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colaboração em família substituta, não implicando privação de liberdade...* Ainda que a função dos abrigos seja de proteção de crianças e suas famílias em situação de risco, é vital que se compreenda que é preciso ajudar essas crianças junto com suas famílias a corrigirem os danos emocionais causados, procurando inseri-las novamente no convívio familiar.

1.4 A parceria pedagógica entre a ONG Aldeias Infantis SOS de Brasília e a educação formal.

“Uma das funções do abrigo é garantir o direito à educação escolar desses meninos e meninas”. Luiz Antonio Miguel Ferreira.

O responsável pela administração do abrigo deve garantir o direito à educação às crianças abrigadas”. Ele reforça que “o fato de ser órfão, estar em situação de risco ou de manter laços familiares não pode servir de impedimento a garantia do direito à educação. Estas situações devem balizar o encaminhamento a ser dado a cada caso.

Guará (2007), esclarecendo que a educação de crianças que vivem em abrigos é igual à educação de qualquer criança. Existem casos em que a volta á escola se torna muito difícil e os motivos podem ser diversos desde traumas, até mesmo pelo fato de uma criança ter passado muito tempo morando na rua, desacostumando-se com as limitações do espaço escolar. Ela ressalta ainda que, o trabalho do abrigo é o de apoiar a criança para que se constitua uma melhor afinidade de aprendizagem, porém sem confundir seu papel com o da escola. O abrigo tem como função manter contato com a escola e professores e deve ter como meta o sucesso escolar da criança.

A reestruturação pedagógica de crianças que viveram na rua é um desafio maior a ser enfrentado e como se faz notar, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência Familiar e Comunitária (2006:49), infere que, “de fato um dos grandes desafios da educação de crianças e adolescentes, em nível nacional, é promover a igualdade de condições de acesso e permanência na escola prevista em lei”. E esse desafio é ainda maior quando se trata de crianças em situação de risco.

Com base nesse registro entende-se que a escola deve promover a igualdade a todos os estudantes independente de sua condição, etnia, ou motivo que seja, é relevante ressaltar que se estes jovens da aldeia conseguiram alcançar objetivos profissionais independente de terem crescido em um abrigo, este modelo pode nortear a crise do fracasso escolar, ou seja, a escola quando trabalha em favor de todos, sem eliminar os mais “fracos”, é passagem para o desenvolvimento, e através dela poderemos ter aberta à porta da inclusão social. Haja vista que a inclusão é via de fato para o resgate do ser cidadão. Remédios (2007:12) comenta que,

É necessário que resgatemos a filosofia espiritualista da educação e busquemos práticas pedagógicas que façam o homem buscar novas possibilidades para relacionar-se consigo mesmo e com os outros, na família, na escola e tantos outros lugares.

E nesse ínterim, compete à escola desempenhar esse papel, promovendo uma prática pedagógica voltada para a promoção da solidariedade, da harmonia e da aceitação.

CAPÍTULO 2

REFERENCIAL METODOLÓGICO

2.1 Modalidade da Pesquisa

O projeto que ora se inicia pretende abarcar um estudo com a abordagem em uma pesquisa qualitativa, onde não há a preocupação de se medir ou qualificar os dados coletados. Segundo informações do site Ibope,

(...) “As pesquisas qualitativas são exploratórias, ou seja, estimulam livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Elas fazem emergir aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. São usadas quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação” (...)

O estudo em tela centra-se ainda no método de procedimento voltado para uma pesquisa de campo. Para Ruiz

(...) A pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises. Esta espécie de pesquisa não permite o isolamento e o controle das variáveis supostamente relevantes, mas permite o estabelecimento de relações constantes entre determinadas condições. (2002:50),

2.2 População e amostragem

A pesquisa pretendida almeja também, estudar uma amostra composta de seis sujeitos, sendo três crianças, duas do gênero masculino e uma do gênero feminino. O escopo deseja ainda, estudar três profissionais que atuam no acompanhamento dessas crianças, sendo uma psicóloga que deve se aproximar da faixa etária de vinte e cinco a cinquenta anos, uma cuidadora social com a idade que também deve variar no mesmo período. Para A amostra pretendida contará ainda com uma professora da rede oficial de ensino que, além de atender as crianças estudadas, atua ainda com outros escolares na mesma sala de aula na educação formal.

2.3 O local da pesquisa

Os locais escolhidos para a realização do estudo de campo onde serão feitas as entrevistas e observações tratam-se do Abrigo Aldeias Infantis SOS de Brasília – DF e da Escola Classe 113 Norte, ambos situados no Plano Piloto – DF. O último local é comumente freqüentado pelas crianças que residem no abrigo, devido á proximidade um do outro.

2.4 Técnicas empregadas

Para a realização do referido estudo pretende-se utilizar as técnicas de questionário fechado, entrevista semi estruturadas, além da observação não participante. Conforme Marconi e Lakatos (2003:201), “O questionário é um instrumento de coletas de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador (...)”. Ainda segundo as mesmas autoras, uma outra modalidade das técnicas de pesquisa refer-se à entrevista semi estruturada. Para elas, essa modalidade “(...) é uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal”. (IDEM, 2003:197).

2.5 Materiais a serem utilizados

Como itens facilitadores da pesquisa, serão ainda utilizados instrumentos materiais que auxiliarão na obtenção da coleta de dados durante realização das entrevistas e/ou das observações. Conforme Marconi e Lakatos (2003:226), “esses recursos são, consumidos no processo de realização da pesquisa, como papel canetas, lápis, cartões ou plaquetas de identificação dos pesquisadores de campo, hora/computador, datilografia, xérox, encadernação etc”. Constantes desses materiais pretendem-se além disso fazer uso também de máquina fotográfica com a finalidade de se registrar informações que possam contribuir para o enriquecimento da pesquisa, gravador de voz, especialmente na coleta de dados obtidos durante as entrevistas semi-estruturadas.

2.6 Coleta e tratamento dos dados

Na fase de coleta e tratamento dos dados, pretende-se utilizar as informações colhidas no campo permitindo-se com esses dados analisados separadamente, obter-se o maior número possível de informações, sendo cada questão confrontada com a teoria, procurando com isso, estabelecer um confronto entre teoria e prática a fim de se averiguar o tratamento da proposição no cotidiano escolar e de vivência das crianças estudadas. As respostas serão interpretadas global e individualmente.

CRONOGRAMA

Atividades	Agosto				Setembro			Outubro					Novembro		
Seleção do Objeto de Estudo	x	x	x												
Elaboração de fichamentos			x	x	x										
Elaboração da primeira etapa (tema, problema, objetivos geral e específicos, justificativa)					x	x	x								
Construção do Referencial Teórico								x	x	x	x	x			
Construção do Referencial Metodológico											x	x	x		
Revisão Metodológica													x		
Revisão Ortográfica													x		
Preparação para a qualificação do projeto													x	x	
Qualificação do projeto															x

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Audiência Pública Realizada em 18 de outubro de 2004, Presidência do Srº Vereador S. Ferraz Assunto: Discussão de Políticas públicas de atendimento em abrigos para crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro_ Irma Rizzini

BUARQUE, Cristovan. **O que é Aparição:** O *apartheid* Social no Brasil. 7ed. São Paulo:Brasiliense,2003

Brasil. Presidência Nacional. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência Familiar e Comunitária / Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: Comanda, 2006.

http://www.cidadaodomundo.org/?page_id=69

http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/a_gois/id151002.htm

http://www.unesco.org.br/noticias/opiniaio/artigow/1997/artigowc/mostra_documento

inep.gov.br/estatisticas/professor2003/

<http://www.aldeiasinfantissos.com.br/>

http://www.ibope.com.br/calandraWeb/BDarquivos/sobre_pesquisas/tipos_pesquisa.html

<http://conjur.estadao.com.br/static/text/34785,1> (Cláudio Julio Tognolli)

<http://www.acaoeducativa.org.br/ob.html> em 14/10/2007

http://www.aibi.org.br?doctos?situacao_da_adocao_no_brasil.doc em 14/10/07

DIMENSTEIN, Gilberto. **O Cidadão de Papel:** A Infância, a Adolescência e os “Direitos Humanos no Brasil. 2.ed. São Paulo: Ática, 1993.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude do Distrito Federal. 1990.

LEAL, Antonio. **Fala Maria Favela.** 12.ed. São Paulo, Ática, 1993.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da Educação.** 15.ed. São Paulo. Ática. 1995.

MARCONI, Maria de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo :Atlas S.A,2003.

MENDONÇA, Estela. **Revista do Amigo**. Aldeias Infantis SOS do Brasil. São Paulo. 2006

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: Guia para e Eficiências nos Estudos**. 5ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.